



MUNICIPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº. 4/2008

-----ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E OITO. -----

---Aos vinte e seis dias do mês de Setembro do ano dois mil e oito, pelas vinte e uma horas reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, convocada nos termos do artigo 49.º, n.º 1, e do artigo 54.º, n.º 1, alínea b), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conforme anúncio público afixado por Edital, de 16 de Setembro de 2008, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----Ponto Um – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea e) do n.º1, do art. 53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com alteração da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----Ponto Dois – Aprovação dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, nos termos da Lei n.º45/2008, de 27 de Agosto de 2008; -----

-----Ponto Três – Eleição dos membros para a Assembleia Intermunicipal nos termos do art. 11º, da Lei n.º45/2008, de 27 de Agosto de 2008; -----

-----Ponto Quatro – Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), artigo 112º, n.º5 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI); --

-----Ponto Cinco – Majoração das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar a prédios degradados – artigo 112º, n.º8, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI); -----

-----Ponto Seis – Adesão à Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Ponto Sete – Transferência de competências para o Município em matéria de Educação; -----

-----Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes Deputados da Assembleia Municipal, Senhores: -----

-----Rui Monteiro Picciochi; -----

-----Ana Rita Lopes Inácio; -----

-----Vitor Dias da Silva; -----

-----Emmanuel José Amaral; -----

-----José Maria Chambel Esteves; -----

-----Paulo Fernando da Graça Constantino; -----

-----Benjamim dos Santos Abalada Reis; -----

-----Paulo Alexandre Mateus Passos: -----

-----Carlos Miguel Timóteo Pires; -----

-----Eduardo Cristóvão Gil de Oliveira; -----

-----Maria do Rosário Lourenço M. Correia; -----

-----Valter Augusto Peres Caldeira; -----

-----João Manuel Alves Gralha; -----

-----João Filipe da Silva Ricardo; -----

-----Cleide Maria Cachado Nuncio Santos; -----

-----Aníbal Júlio Rodrigues; -----

-----Júlio do Rosário da Graça Barata; -----

-----Fernando Marques Aparício; -----

-----Manuel Pequito Cardoso. -----

Não comparecendo o Senhor Deputado Municipal Inocêncio Rodrigues Cruz, tendo comunicado a necessidade de faltar, por mensagem telefónica. -----

Nos termos do artigo 48.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara Dr. Vítor Miguel Martins Arnaut Pombeiro, os Senhores Vereadores Manuel Maria Ferreira Honório e Rui Constantino Martins. Tendo assistido, ainda, os Senhores Vereadores em regime de não permanência: Rosa Maria Claudino Fernandes Garrett e Paulo Alexandre da Cunha Tavares. -----

Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão, apresentando as boas vindas ao executivo camarário. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De seguida questionou os senhores deputados se pretendiam realizar algumas observações à lista de expediente. – (vide anexo 1) -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu à apreciação a acta número 2, da reunião de 18 de Abril de 2008 e da acta nº3, da reunião de 27 de Junho de 2008, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo. -----

Para intervir sobre a acta inscreveu-se o seguinte Deputado: -----

O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** tomou da palavra para referir que na acta de Abril, no que consta a sua votação no Ponto 3 da Prestação de Contas, votou contra e não se absteve. Considerada a rectificação, as actas foram colocadas à votação, tendo sido aprovadas a acta nº2, com 2 votos contra e 1 abstenção, e a acta nº3, com 1 voto contra e 2 abstenções. -----

O Sr. Presidente colocou à votação a Ordem de Trabalhos, que foi aprovada por unanimidade. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Após as inscrições para intervenção no período antes da Ordem do Dia, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos deputados da Assembleia Municipal: -----

= A Senhora Deputada **Ana Rita Lopes Inácio** tomou da palavra para referir os seguintes assuntos: -----

- Relativamente aos Editais das Sessões da Assembleia Municipal, referiu que alguns moradores se queixam que estes não são colocados na localidade das Limeiras; -----

- Por outro lado, mencionou que a abertura do Bar da Quinta dos Rouxinóis resultou num aumento de tráfego nas Ruas dos Combatentes e no casal Jacinto e informou que devido às ruas serem bastantes estreitas dificulta a passagem de dois veículos. Um dos moradores do Casal Jacinto ofereceu-se para dar terreno para o alargamento da estrada. -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** questionou os seguintes assuntos:

- Relativamente à questão do amianto nos edifícios e nas canalizações da água, referiu que não há editais afixados com as análises feitas à água, questionou o executivo camarário no sentido de saber qual a sua opinião, bem como se na Freguesia da Praia do Ribatejo ainda existia canalização de água em tubos de amianto; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Solicitou informação sobre o ponto de situação da Fundação Dr. Francisco Cruz; -----

- Se já foi efectuada a mudança da areia no Jardim da Moita; -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** usou da palavra para obter informação sobre os seguintes assuntos: -----

- Referiu que na Assembleia de Freguesia de Moita do Norte, na sessão de Junho, foi mencionado que depois de mais de um ano continuavam a não obter resposta aos assuntos colocados à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal. De igual modo, questionou se já foi marcada a reunião que a Assembleia de Freguesia deliberou solicitar à Câmara Municipal; -----

- Relativamente à sinalização do Castelo de Almourol referiu que há falta desta no sentido Guarda – Torres Novas; -----

- Questionou quais os benefícios que a Câmara teve com a adesão à Tagus; ---

- Por último questionou quais as obras que estão a ser lançadas pela Resitejo, ou que vão ser lançadas, e qual a situação da Câmara perante a Resitejo; -----

= O Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** tomou a palavra para obter as seguintes informações: -----

- Qual a situação da árvore ao pé da Câmara Municipal, concretamente junto ao Café Ninfa; -----

Qual a intervenção para a resolução do problema dos esgotos na freguesia da Praia do Ribatejo que continua a correr para o Tejo assim como na Freguesia de Vila Nova da Barquinha; -----

- Qual o ponto de situação do Centro de Negócio e quais os encargos da Câmara na designação do fiscal único nesta empresa; -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** na sua intervenção solicitou informação sobre quais as medidas tomadas relativamente ao número de médicos por habitante, pois o concelho de Vila Nova da Barquinha apresenta 14% da população sem médico de família, quase dois valores acima da média da região o que corresponde a um total de 1.181 pessoas sem médico de família; -----

Foi atribuída a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar os esclarecimentos solicitados, tendo em resposta: -----

- Referiu que anotou a questão do trânsito no Casal Jacinto; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Mencionou que a rede de gás é executada por uma empresa privada, Tagusgás, que analisa os seus rácios e é em função disso que determinam os seus investimentos. Mencionou que a câmara tem feito bastante pressão quando faz intervenções nos arruamentos para que a Tagusgás acompanhe estes investimentos. Referiu que a Tagusgás apesar de estar inserida na região de Lisboa e Vale do Tejo, nos últimos anos não teve fundos para este tipo de investimentos, daí as análises de rentabilidade serem mais apertadas; -----
- Relativamente à desratização informou que a câmara a faz ao nível dos esgotos duas vezes por ano, com uma empresa especializada e que a última a ser executada foi nos dias 16/17/18 de Setembro; -----
- Informou que não sabe o ponto de situação da Comissão de trânsito da Atalaia pelo facto de não possuir documentação relativa ao assunto; -----
- Em relação à rede de águas e à questão do amianto informou que nos últimos 10 anos foi feito trabalho de substituição dessas redes, no entanto há ainda em determinados sítios que ainda não se procedeu à sua alteração. Referiu ainda que na Praia do Ribatejo não existem canalizações deste tipo e que o pouco que há tem-se procedido à sua alteração com regularidade. De igual modo em relação às análises da água referiu que tem apresentado bons resultados e mencionou que em 2006 o Município de Vila Nova da Barquinha foi um dos 8 municípios identificados pelo IRAR, que procedeu à totalidade de análise de parâmetros; -----
- Referiu que em relação à Fundação Dr. Francisco Cruz, se encontra a ser dirigida por um administrador judicial, pois em Julho foi decretada a suspensão dos corpos gerentes, pelo facto de se denotarem algumas irregularidades na gestão, assim como a nível patrimonial da Fundação; -----
- Informou que a mudança de areia no jardim da Moita do Norte foi executada durante o verão; -----
- Relativamente à Assembleia de Freguesia de Moita do Norte referiu que quem representa a Junta de Freguesia é o Senhor Presidente da Junta e que juntamente com este, a Câmara tem tido com regularidade reuniões, assim como com os restantes presidentes. Informou que está marcada uma reunião para o início de Outubro com os membros da Assembleia de Freguesia de Moita do Norte; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em relação ao Castelo de Almourol mencionou que se encontra um pedido em fase de licenciamento junto das Estradas de Portugal, que há uma proposta de adjudicação dos referidos placards / indicadores a qual está em análise nas Estradas de Portugal. Referiu ainda, que a Câmara fez um conjunto alargado de sugestões ao que parece ser uma deficiente sinalização no concelho, não só na A23 como na IC3; -----

Informou que em relação à Tagus é uma associação que está pendente a um fundo comunitário até aqui designado por LEADER e que no novo quadro comunitário de apoio se designa de PRODER. Mencionou que embora as associações não se esgotem na gestão desse fundo comunitário é um elemento com grande peso. Referiu que o pedido que a Câmara fez, nomeadamente para o Ministério da Agricultura, era que pretendia que no novo quadro comunitário de apoio passar a ser para efeitos comunitários, associados à Tagus. Referiu que concelho de Vila Nova da Barquinha está associada à Tagus em vez de estar associada à ADIRN. Informou que o concelho de Vila Nova da Barquinha não teve os investimentos que pretendia, mas por outro lado há uma estratégia de fazer uma associação entre Constância, Abrantes e Vila Nova da Barquinha, e estabelecer-se um conjunto de parcerias quer a nível do PRODER quer a outros níveis. -----

Relativamente à Resitejo informou que está dependente da Administração Central, quanto ao financiamento, uma nova solução de tratamento dos resíduos sólidos e urbanos. Mencionou que é uma decisão que a partir de 2010/2011 tem de ser tomada, pois são investimentos cerca de 20 milhões de euros o que vai tornar o preço por tonelada alto. Referiu que o ponto de situação com a Resitejo é que há uma dívida significativa que está pendente que será paga logo que o Exército faça o pagamento dos resíduos sólidos urbanos. Trata-se de uma verba perto dos 200 mil euros, e com a qual liquidará a dívida à Resitejo; -----

Em relação à árvore junto ao Café Ninfa, referiu que foi colocada uma caldeira e uma árvore, embora não seja o que estava mas é um assunto que está em vias de ser solucionado; -----

Quanto aos esgotos referiu que se encontram em fase de projecto de execução em rede baixa nas Madeiras, em estudo prévio nas Limeiras e inclusivamente nas Madeiras. A Câmara está a candidatar-se para a execução destas obras.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mencionou que a rede em alta vai deixar de ser gestão directa da Câmara e é possível que o Programa Operacional de Valorização do Território não venha a aprovar estes investimentos em baixa e que se isso se vier a confirmar ter-se-á de analisar e vir a aprovação da Assembleia Municipal. De igual modo, referiu que em relação à rede em alta, a Etar do Seival e a recuperação da Estação Elevatória da Praia do Ribatejo estão em concurso público, apesar de formalmente e por motivos exteriores ao Município ainda não pertencermos à Águas do Centro. Informou que está em fase de concurso a Estação Elevatória de Vila Nova da Barquinha; -----

Em relação ao Centro de Negócios, mais precisamente aos custos do fiscal único, informou que o valor é idêntico ao da Câmara Municipal e que o custo é de um valor de mil euros anuais; -----

No que respeita aos utentes sem médico de família informou que no Agrupamento de Saúde de Vila Nova da Barquinha vai haver uma possível redistribuição de médicos o que virá a alterar o rácio de utentes sem médico. Referiu que é uma situação que não agrada à Câmara mas que no distrito de Santarém há situações piores. -----

---- De seguida foi dada novamente a palavra aos Senhores Deputados que realizaram as seguintes intervenções: -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** tomou a palavra para interrogar se a Câmara Municipal vai deixar a ADIRN e em relação ao Fiscal único se este é o mesmo para a Câmara e Centro de Negócios mas com pagamentos distintos;

Tomando novamente a palavra o Senhor Presidente da Câmara esclareceu o Senhor Deputado do seguinte: -----

- Informou que as Associações ADIRN e TAGUS não se esgotam na gestão dos Fundos Comunitários e que é pretensão da Câmara de no próximo Quadro Comunitário de Apoio em termos do Programa PRODER ele seja gerido pela TAGUS. Relativamente à ADIRN mencionou que tem uma intervenção bastante importante noutras áreas, quer a nível da animação ou da canoagem; -----

-Tomando a palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** interrogou se a canalização do gás foi executada com que intenção, para a Tagusgás ou para a Município. -----

-O Senhor **Presidente da Câmara** informou que a intervenção do Senhor João



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Filipe Ricardo foi com o intuito de saber qual a razão de só em algumas ruas da Atalaia ter sido colocado o gás. -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** informou que se tinha referido ao facto de algumas ruas terem gás e noutras não. -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** referiu que pela omissão da resposta acerca da situação dos utentes sem médico de família que não merece preocupação o rácio de médicos por habitante. Mencionou também que o crime da árvore compensou; -----

--- Nesta altura, o Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados nos termos regimentais a proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público, o que foi aprovada por unanimidade. Não havendo inscrições do público entrou-se de imediato na Ordem de Trabalhos; -----

----- Ponto Um – Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea e) do nº1, do art. 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. ----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar a informação da actividade municipal ao abrigo da alínea e) do nº1, artigo 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. – (vide anexo 2) -----

Após as inscrições, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos Deputados da Assembleia Municipal: -----

= O Senhor Deputado **Paulo Constantino** questionou se a localização do Centro Escolar e Ciência Viva, já se encontra definida. Em que ponto se encontra o estudo da Comunidade Urbana acerca dos transportes. -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** referiu que concorda com a consultadoria adequada à elaboração de um documento técnico entre 2015-2020 e interrogou se esta consultadoria irá ser feita por concurso. -----

- Solicitou ainda informação acerca dos seguintes assuntos: -----

- Dos processos judiciais em curso, nº10 e nº13; -----

- Sobre a mudança de instalações da escola Pré-Primária de Moita do Norte; --

- Sobre as obras na Rua Capitão Salgueiro Maia; -----

Sobre a situação financeira, questionou a alteração das verbas de 62 mil euros para 102 mil euros, destinada à dinamização do Parque Urbano e a alteração



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de 30 mil euros para 105 mil euros, destinada à dinamização do Parque Almourol; -----

Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar os esclarecimentos solicitados, tendo em resposta: -----

- Relativamente ao Centro Escolar referiu que a localização está definida nos terrenos que vão desde a Escola Secundária até à Torrinha, mais precisamente onde se encontrava o antigo campo de futebol de Vila Nova da Barquinha. É uma área de 30 mil metros quadrados. -----

- Em relação aos transportes escolares mencionou que é um dos pontos do estudo em termos de mobilidade do concelho, em que a Câmara pretende que seja analisada a viabilidade e a rentabilidade da existência do serviço que possa servir não só a nova rede transportes escolares, em função de dois Centros escolares, como possa ter outros usos nos períodos de não utilização nos transportes escolares; -----

Relativamente ao trabalho de consultadoria informou que será contratado nos termos permitidos pela nova Legislação dos Contratos Públicos; -----

Quanto à Escola Pré-Primária de Moita do Norte referiu que já foram executados protocolos para a entrada em fase de obra. Anteriormente foi anulado um concurso pela falta de financiamento do Quadro Comunitário de Apoio. Informou que a obra já está adjudicada e que a Câmara está pendente de um parecer do GEPE, serviço do Ministério da Educação, que tem colocado um conjunto de problemas. Informou que a Câmara já fez junto da DREL a réplica relativamente à intenção de parecer. De igual modo, informou que a obra só se realizará se houver financiamento comunitário, para o qual é necessário o parecer positivo do GEPE; -----

Informou que as obras na EN3 estão adjudicadas, concretizando-se estas com a contratualização dos Fundos Comunitários; -----

- Relativamente aos valores da dinamização do Parque Urbano e do Parque Almourol, referiu que no Parque Urbano foram realizados um conjunto de eventos durante o verão como a iniciativa do Barquinha Stop realizada nas Festas do Concelho. Quanto ao Parque Almourol referiu-se à divulgação nacional no trabalho de promoção onde o saldo foi bastante positivo. Mencionou que Constância e Vila Nova da Barquinha conseguiram um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conjunto de eventos de qualidade. O Castelo de Almourol teve 3 reportagens na SIC e na TVI; -----

Relativamente aos processos judiciais 10 e 13, esclareceu que em relação ao primeiro tratar-se de um munícipe que pretende impugnar actos relativamente a um alvará de loteamento perto da Capela de Roque Amador em que na sua opinião a Câmara não estava a cumprir as normas legais referentes ao urbanismo. Em relação ao segundo processo referiu que se trata de uma acção de valor diminuto, 20 mil euros, em que a empresa acha que não é devida a importância e a Câmara contrapõe; -----

-Tomando a palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** questionou como está a revisão do PDM; -----

-O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que o PDM está atrasado, pela facto da mudança da comissão devido á alteração da legislação, e pelo facto de a nível da CCDRLVT a área que tutela a parte do ordenamento do território, ter ocorrido a demissão da Vice-presidente o que fez cair uma série de responsáveis técnicos; -----

----- **Ponto Dois – Aprovação dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, nos termos da Lei nº45/2008, de 27 de Agosto de 2008.** ---

= O Senhor **Presidente da Câmara** tomou da palavra para apresentar aos Senhores Deputados este ponto: -----

- Informou que houve uma alteração que rege o associativismo municipal que foi publicado no dia 27 Agosto. Para se aproveitarem as reuniões das Assembleias Municipais do mês de Setembro, houve pouco tempo para se fazer a proposta de estatutos. Referiu que a Associação Nacional de Municípios Portugueses fez uma comunicação onde expressa a urgência de as Comunidades Intermunicipais serem instituídas pelo facto de legalmente a contratualização dos Fundos Comunitários depender da constituição e da existência das comunidades intermunicipais. -----

Referiu que de manhã se tinha realizado uma reunião da Junta da Comunidade Urbana, onde estiveram presentes os Presidentes das Câmaras, onde ficou expresso que a prioridade no momento era a constituição da Comunidade Intermunicipal, e que logo após a sua constituição se abriria um processo ordinário de revisão e melhoria dos estatutos. Informou que o mesmo documento está a ser analisado em 10 Assembleias Municipais e que se em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cada Assembleia houver alterações, se entraria num processo que dificilmente num curto espaço de tempo, elaborar um documento que contenha todas as alterações propostas o que veria a comprometer a concretização da Comunidade Intermunicipal. -----

Após as inscrições, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos Deputados da Assembleia Municipal: -----

= O Senhor Deputado **Emmanuel Amaral** em relação aos estatutos propostos à Assembleia, referiu que não irá votar contra, pois está-se a falar do funcionamento de dois órgãos que dão seguimento aos que já existiam. Mencionou que há uns anos atrás quando surgiram os órgãos da Comunidade Urbana votou contra, pela substância apresentada, a formação desses órgãos em termos de poder de decisão sobre o planeamento das infra-estruturas que iriam surgir a nível da sub-região. Esclareceu que não é contra as parcerias intermunicipais, mas sim como forma de cada vez mais se conseguir a rentabilização dos investimentos e haver um planeamento conjunto dos supra municipais com o objectivo de alcançar algumas economias de escala. Relativamente aos órgãos referiu que as suas dúvidas se prendiam mais sobre a legitimidade destes órgãos em decidir sobre assuntos supra municipais, sem serem órgãos eleitos, compostos por elementos de Assembleias Municipais e das Câmaras Municipais. Como é que este órgão consegue decidir sobre investimentos supra municipais sem ser legitimado pela população para esse fim. Relativamente ao Estatutos mencionou que tem dúvida pois os poderes da Comunidade agora formada ainda são maiores dos que existiam antes. Questionou se o plano estratégico é só para os fundos comunitários ou também um plano para a sub-região. Salientou que não se vai opor relativamente aos estatutos e ao funcionamento dos órgãos, só tem dúvidas quanto à legitimidade democrática. -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** referiu que segundo a Lei a eleição não deve ser feita neste momento, pois primeiro deve-se fazer a publicação dos estatutos, até 27 de Novembro e após os 30 dias subsequentes é que se deve fazer as eleições. -----

=O Senhor **Presidente da Câmara** tomou a palavra para esclarecer que se deve aprovar os estatutos mas que numa apreciação ao pormenor certamente apareceriam motivos para alterações. Explicou que se em todas as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleias se fizerem alterações, não seria possível constituir a Assembleia Intermunicipal num curto espaço de tempo. Mencionou que há já um conjunto de melhorias a fazer aos estatutos e que o compromisso assumido pelas Câmaras Municipais e que é transmitido às Assembleias Municipais é que após o terminus de constituição da Comunidade Intermunicipal se entraria num processo de revisão dos estatutos, para podermos incorporar as melhorias. Relativamente à eleição referiu que a questão dos 30 dias foi interpretada como prazo máximo para a realização das referidas eleições. Mencionou que o ofício recebido da Associação Nacional de Municípios Portugueses refere "...afigura-se que as Assembleias Municipais aquando a aprovação dos estatutos das CIMIS poderão também proceder às eleição dos seus membros que irão integrar a Assembleia Intermunicipal da CIMI e assim abreviar a tramitação legalmente consagrada para que a nova CIMI entre em pleno efectivo de funcionamento..." -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** tomou novamente a palavra e referiu que colocou a questão por ter tido dúvida e que não está em questão bloquear o assunto. Mencionou que está de acordo com legitimidade dos eleitos. Referiu que a CDU defende a regionalização e que havendo organismos regionais, estes deverão ser eleitos directamente pelas populações. Mencionou que o que se passa neste momento é que de alguma forma as competências das Câmaras, e alguns tipos de associações são criadas com a função de gestão do novo QREN, mas o que acontece é que pouco a pouco vão desaparecendo as competências das Câmaras, o que torna cada vez mais difícil a fiscalização do que vai sendo feito nos diversos órgãos que estão a ser criados. Informou que não é contra os projectos supra-municipais, pois podem-se tirar grandes rendimentos e ser uma mais-valia em termos de aproveitamento de recursos e meios, mas há ter em atenção algum cuidado com algumas situações que estão a ser criadas. -----

= O Senhor **Presidente da Assembleia** tomou a palavra para referir que tem algumas dúvidas, mas que poderá ser um início para a criação da primeira região do país. Mencionou que segundo a Lei, é permitido à associação com outras NUT próximas, e que se encontrem na NUT II respectiva. Em relação aos estatutos referiu que não estava de acordo com o artigo 50º, considerando que a associação tem dois órgãos. Não faz sentido ser só a Comissão a propor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alteração aos estatutos. Que votará favoravelmente se houver o compromisso na alteração dos estatutos e essencialmente no artigo 25º na alínea h). -----

= O Senhor Deputado **Paulo Constantino** referiu que as duas alterações são pertinentes, sendo que a primeira, apesar não ser tão significativa como a segunda, garantiria um maior equilíbrio nos estatutos permitindo que a Assembleia pudesse ter a iniciativa com o parecer do conselho executivo. Relativamente à aprovação do Plano Estratégico mencionou que inaceitável que um conselho executivo determine um plano estratégico no qual enquadram todos planos e orçamentos que devem ser aprovados pela Assembleia Intermunicipal. Afirmou que não pode haver um condicionamento prévio do exercício de uma competência de um Órgão Municipal ou Intermunicipal. -----

----- **Tendo sido submetido o Ponto nº 2 à votação registou-se por maioria com uma abstenção do Senhor Deputado Vítor Dias da Silva a aprovação dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, nos termos da Lei nº45/2008, de 27 de Agosto de 2008.** -----

----**Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.** -----

O Senhor Presidente da Assembleia apresentou uma Moção (vide anexo 3). O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a admissão da Moção, tendo sido aprovada por unanimidade. Após inscrições intervieram os seguintes Deputados: -----

= O Senhor Deputado **Emmanuel Amaral** mencionou que se no artigo 25º, na alínea O), propõem alterar propostas por parte da assembleia também se deveria alterar o artigo 50º, pois não condiz um artigo com o outro. -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** no seguimento da proposta apresentada pelo senhor Presidente e da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, propôs que na próxima sessão da assembleia todos debatessem o assunto e além da alteração apresentada poderiam apresentar-se outras alterações. -----

= O Senhor **Presidente da Assembleia** referiu que a Moção apresentada é uma recomendação e não uma alteração. Para que o Senhor Presidente da Câmara tenha um documento com a posição da Assembleia Municipal. -----

= O Senhor Deputado **Paulo Constantino** tomou a palavra para referir que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia aceitou a admissão da Moção e que se deveria votar para dar conhecimento e definir a posição junto da Comunidade Urbana. -----

De seguida foi colocada à votação, tendo ido aprovada por maioria com 6 abstenções e 1 voto contra. -----

Ponto Três – Eleição dos membros para a Assembleia Intermunicipal do Médio Tejo, nos termos do art. 11º da Lei nº45/2008, de 27 de Agosto de 2008. -----

Após apresentação das listas (vide anexo 4), procedeu-se à respectiva eleição por parte dos membros eleitos da assembleia Municipal. Foram presentes 3 listas: PS, CDU, PSD -----

Feita a votação secreta apuraram-se os seguintes resultados: -----

- Inscritos: 14
- Votantes: 14
- Abstenções: 0
- Brancos: 0

Listas	Nomes	Votação
Lista A PS	Rui Monteiro Picciochi Paulo Fernando da Graça Constantino Emmanuel José Amaral	8
Lista B CDU	João Filipe da Silva Ricardo Carlos Miguel Timóteo Pires	2
Lista C PSD	Vítor Dias da Silva Eduardo Cristóvão Gil de Oliveira Valter Peres Caldeira	4

----- Tendo sido submetido o Ponto nº 3 à votação secreta apurou-se o seguinte resultado: 8 votos para a Lista A – PS, 2 votos para a Lista B – CDU e 4 votos para a Lista C – PSD. Após o resultado e pelo metodo de Hont ficaram como representantes da Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha na Assembleia Intermunicipal, os senhores Deputados Rui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Monteiro Picciochi, Paulo Alexandre da Graça Constantino e Vítor Dias da Silva; -----

----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

---- Neste momento o Senhor Deputado Municipal Valter Caldeira ausentou da sessão por motivos de falecimento de familiar. O Senhor Presidente da assembleia apresentou as condolências em nome da Assembleia Municipal. -----

----- Ponto Quatro – Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), artigo 112º, nº5 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI). -----

----- Ponto Cinco – Majoração das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar a prédios degradados - artigo 112º, nº6, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI). -----

-----O senhor **Presidente da Câmara** propôs que a discussão dos pontos quatro e cinco da ordem de trabalhos fossem em simultâneo, sendo a votação em separado, o que foi aceite pela Assembleia. -----

Relativamente ao Ponto nº4 – Fixação das Taxas de IMI, considerou que a Câmara Municipal tem mantido uma regularidade para não alterar todos os anos, com excepção do primeiro ano, em que houve a recomendação da Associação Nacional de Municípios de se aplicar uma taxa máxima, passou para uma taxa intermédia de 0,7%, 0,4%, para os imóveis não avaliados pelo novo código e os avaliados, já pelo novo código. Referiu que este ano a Câmara procedeu a uma alteração com algum significado, nomeadamente no que diz respeito aos imóveis avaliados pelo novo código. Informou que para as matrizes antigas se manteve a taxa de 0,7% e para os que tem uma avaliação com base no código actual verifica-se uma baixa de 0,5%, ou seja 12,5% no Imposto. Mencionou que é uma alteração com bastante significado, em que a Câmara tem a esperança que com a entrada de novos imóveis avaliados segundo o novo código possa compensar a descida de 12,5%.Referiu que a análise que a Câmara fez, é que uma percentagem elevada de 90% dos imóveis que estão sobre a taxa de 0,7% têm valores matriciais baixos daí a incidência de 0,7%, ser sempre benéfica. Relativamente a casos excepcionais, como nos imóveis comerciais, que avaliados segundo o código antigo, alguns deles



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tenham valores matriciais com significado, podendo beneficiar da descida requerendo que o imóvel seja avaliado pelo novo código. Mencionou que com subida, o IMI não tem grande expressão quando acompanhada por uma alteração significativa do IMT e que este ano com $\frac{3}{4}$ do ano decorrido a Câmara está com cerca 20 mil euros a nível do IMT. -----

-Relativamente à Majoração referiu que é uma opção política que tem uma forma de sanção. Informou que na maioria dos casos trata-se de valores matriciais desajustados. É uma incidência de 30% sobre pouco o que dá também pouco. Referiu que é uma posição tomada em relação aos Municípios que não fazem nada pelos imóveis degradados que este valor é uma censura por parte da Câmara Municipal dentro do que a Lei permite. -----

De seguida foi dada a palavra aos Senhores Deputados para expor o seguinte: -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** solicitou que no próximo ano pudessem ser contabilizadas a percentagem de habitações que são avaliadas consoante o regime antigo e o actual, o que permite cálculos bem diferentes. Referiu uma notícia da TSF na qual menciona que cada português pagou em média 235 euros por ano em impostos municipais, um aumento de 25,9% em relação ao ano anterior e do qual as Câmaras são acusadas pelo fiscalista Senhor Saldanha Sanches de serem os piores inimigos dos contribuintes. Referiu que se analisar o incremento do IMI verifica-se um aumento da receita de 24% nos últimos 4 anos, o que em relação ao ano anterior é de 9%. Referiu que tendo em conta que o código previa uma redução progressiva das taxas e que a base está cada vez mais sendo alargada aos novos edifícios propõem uma redução das antigas matrizes de 0,7% aos 0,6%, pela razão do conjunto habitacional que se situa na transição entre os dois e a entrada do novo código e que já não tem as matrizes tão subavaliadas quanto isso. Mencionou que se justifica que seja facultada à assembleia a percentagem de habitações que são avaliadas segundo cada uma das situações. -----

= O Senhor Deputado **Emmanuel Amaral** lamenta as notícias que saem na comunicação social e que esta não faça a avaliação do conjunto de competências que passaram para os Municípios e com a percentagem em relação ao que existia, considerando que muitos dos impostos passaram para a competência dos Municípios. Relativamente às taxas referiu que concorda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com a redução da taxa para os imóveis que já estão avaliados pelo IMI, porque a receita do Município tem vindo a aumentar e foi promessa da Câmara reduzir os impostos tendo em conta as receitas que entrassem para o Município e também porque os edifícios avaliados pelo IMI são recentes. Relativamente aos prédios degradados interrogou em quanto é que essa medida contribui para a recuperação de edifícios no ano passado e qual a possibilidade de haver uma informação todos os anos. -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** propõe que se deveria optar pelas taxas médias, 0,35% e 0,6%. Concorde com a baixa em relação aos novos prédios e referiu que a maioria dos proprietários de prédios degradados são pessoas que vivem com dificuldades que viram as suas próprias reformas baixarem e estando a pagar hoje muito mais do que o ano passado. Mencionou o facto de ter dito que IMI iria aumentar o que de facto aconteceu pois teve um aumento de 9%. Informou que está esclarecido em relação às matrizes antigas e à subida significativa que teve. Relativamente aos prédios degradados questionou qual o impacto obtido, se o motivo de se aplicar a taxa, que no seu ponto de vista é injusta, pois só abrange Vila Nova da Barquinha e Tancos, com esta Majoração. Informou que votará contra a proposta e informou que esta esteve próximo de merecer a sua aprovação o que bastaria que as matrizes antigas tivessem vindo para 0,6%. -----

= O Senhor Deputado **Paulo Constantino** mencionou que não concorda com esta reforma de património, defendendo um imposto sobre as grandes fortunas no qual o património seja avaliado nas suas diversas dimensões, o que seria uma reforma justa. Considera que é uma injustiça fiscal não ter havido uma reavaliação global dos imóveis de forma que os munícipes pagassem todos nas mesmas condições e com taxas de imposto mais reduzidas que as taxas actuais do IMI. Referiu que o Governo terá que reduzir as taxas de modo a que não ocorram grandes crescimentos nos encargos dos munícipes ou, de outro modo, compensar estes aumentos das receitas do IMI com a redução das transferências para os Municípios e consequentemente, compensando os contribuintes com reduções no IRS. -----

= Tomou a palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** para referir que o documento dá uma imagem global das receitas mas não discrimina qual a receita própria. Mencionou que não sabe o que foi tributado pela alínea b) e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pela alínea c) e estando-setar a aprovar duas taxas diferentes deveria ter-se uma noção exacta do que está a acontecer. Mencionou que segundo o documento, a Câmara recebeu 294 mil euros em 2007, mas não se diz qual a correspondência entre as duas taxas. -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados e o Senhor Presidente do seguinte: -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que a percentagem dos imóveis que estavam em 2007 com base na incidência do IMI, não chega a 25% dos imóveis, o que não quer dizer que em termos de receita não se fale numa percentagem mais elevada. Referiu que esta descida não beneficia apenas 25% dos imóveis, mas todos os imóveis cujo seu valor matricial, tendo matriz antiga e que passando para o dobro continue ainda a quem dos 80% do valor real. Informou que só não beneficiam desta alteração, aqueles cujo valor matricial é inferior a 40% do valor real do imóvel. Considerou que o mais injusto é a manutenção por muitos anos de duas taxas, e estar a propor uma alteração para os imóveis que estão a menos de 40% do valor do mercado e que sobre eles incidam um benefício de mais ou menos de 15%/16%. Mencionou que as receitas do Município são o resultado do Imposto de circulação, do IMI e do IMT. Informou que IMI por força desta forma do património tem subido, o IMT tem descido e o conjunto dos dois tem dado, apesar de haver inflação um valor inferior ao que se teve em 2003 e 2004. Referiu que os 30% da receita serão duas centenas de euros. -----

= O Senhor **Presidente da Assembleia** referiu que em relação aos imóveis degradados é assunto algo complexo pelo que deveria ser elaborado um estudo considerando as várias componentes as quais terão que ser analisadas. Por vezes o imóvel degradado está na expectativa da criação de mais-valias e havendo outros não reparados, porque as pessoas não têm capacidade financeira de os recuperar. Considerou que deveria haver uma política de desenvolvimento bem definida no tratamento dos imóveis degradados. -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** referiu que a discussão é sobre o IMI e não sobre os outros impostos, pois se os outros impostos a situação económica fosse muito boa, se houvesse grandes transacções, o IMT subia. Salientou que este código permite o valor de 0,2% e 0,4%, ou seja, os valores podem ser mais baixos. Em relação à intervenção do Senhor Paulo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Constantino do ano 2007, que referia que não se deveria fazer política mas sim defender os interesses dos Municípios, referiu que está sempre a mencionar a mesma questão, o Governo do PSD. Em relação as taxas mencionou que valor dos prédios não é o mesmo de há 4 anos e questiona se a valorização que está ser feita aos prédios está a ser correcta, porque quem compra um prédio à 4 anos por 40 mil contos hoje se o quiser vender vale 30 e poucos mil contos, e se o conseguir vender. Salientou que a maioria das pessoas têm dificuldades e que pagando as taxas para a compra do terreno, as taxas de urbanização na Câmara, o IVA, o que vem originar que mais de metade do valor da casa vai para os impostos. -----

Neste momento o Senhor **Presidente da Assembleia** solicitou a prorrogação da sessão da Ordem de trabalhos até o seu terminus em virtude de serem 24 horas, o que foi aprovado por unanimidade. -----

= O Senhor Deputado **Paulo Constantino** referiu que em relação à sua anterior intervenção não existe incoerência, pois está em vigor uma reforma de património feita pelo Governo do PSD e na qual foi introduzida esta injustiça de aplicação de taxas diferenciadas a prédios antigos e a prédios novos. Referiu que na Assembleia Municipal cada um defende a sua opinião. Em relação à questão das taxas do IMI salientou que estas têm de ser reduzidas na medida das possibilidades. Tem de se reduzir gradualmente como se tem feito, considerando um equilíbrio na redução das taxas, quer do IMI quer do IRS. -----

Tomando a palavra o Senhor Presidente da Câmara esclareceu os senhores deputados do seguinte: -----

Referiu que relativamente a esta questão podem existir duas taxas em propriedade horizontal, dando o seguinte exemplo: duas casas compradas ao mesmo tempo uma 1997 e 1998, paga neste momento 150 euros, e se uma for adquirida em testamento paga 400 euros. Questionou se será justo baixar de igual modo ao que paga 150 euros e ao que paga 400 euros pelo mesmo imóvel. Informou que o que está a ser proposto é uma diminuição de 12,5% o que pode vir a beneficiar mais de metade dos imóveis do concelho. -----

Tendo sido colocada à votação a Proposta de Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, esta foi aprovada por maioria com 14 votos a favor e com 4 votos contra dos Senhores Deputados Carlos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Timóteo e João Filipe Ricardo da CDU e os Senhores Deputados Vítor Dias da Silva e Eduardo de Oliveira do PSD. -----

Tendo sido colocada a Proposta de Majoração das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar a prédios degradados na Freguesia de Vila Nova da Barquinha e Tancos, esta foi aprovada por maioria com 16 votos a favor e 2 votos contra dos Senhores Deputados Vítor Dias da Silva e Eduardo de Oliveira do PSD. -----

-----Estes pontos da acta foram aprovados em minuta, por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

-----Ponto seis – Adesão à Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para informar os Senhores Deputados acerca deste ponto. -----

O Senhor **Presidente da Câmara** informou que este ano se procedeu à revogação das regiões de turismo existentes e a um novo planeamento turístico para Portugal. É nesse contexto, conforme o Decreto-Lei n.º 67/2008, que o Município foi inserido na Região de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo. Mencionou que o artigo 4º da referida Lei menciona que esta inclusão fica sujeita à rectificação de cada uma das entidades. -----

De seguida foi dada a palavra aos Senhores Deputados: -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** referiu que é mais uma estrutura de acordo com o que estava. Referiu que o turismo na nossa região não se notava muito, tirando o turismo de carácter religioso mais centrado em Fátima. Mencionou que o Festival de Gastronomia que é um dos componentes, a nível do turismo, mais conhecido e que tirando isso pouco mais há. Fora isso parte das Câmaras fazerem turismo um pouco por cada terra com algumas iniciativas desenvolvidas. Salientou que com esta adesão proposta, haverá um esvaziamento das Câmaras, sobreponde-se algumas entidades que terão outros interesses que não a defesa de um turismo mais virado para o interesse das populações. Referiu que as Câmaras passaram a ter um papel secundário havendo uma filosofia de promiscuidade entre o que é público e privado o que lesionará os interesses das populações locais. Por outro lado, referiu que se vai criar uma estrutura que não se percebe e que tem algumas atribuições repetitivas, onde se irá arranjar alguns “tachos”, em que terá 9 membros e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mais 3 remunerados. Salientou que em termos turísticos cá estará para ver que desenvolvimento se irá fazer. -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** questionou qual a posição da Câmara em relação à referida adesão. -----

O Senhor **Presidente da Câmara** tomou a palavra para informar o Senhor Deputado Eduardo de Oliveira que não é uma questão de opção, e que achou por bem o assunto ser remetido à Assembleia Municipal. -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** referiu que o Senhor Deputado João Filipe Ricardo já expressou algumas das preocupações da CDU, e que o papel das Câmaras se vai apagar em detrimento de outros organismos que vão ganhar outros protagonismos. Salientou que a nível de turismo, o concelho de Mação é uma espécie de proscrito deste tipo de organização regional. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** referiu que esta é a primeira proposta e é o início de uma Região de Turismo já inserida na NUT II. É o primeiro organismo a funcionar com dimensões regionais. Considerou que em termos de turismo não nos podemos iludir e questionou o que é que a Região de Turismo de Tomar com os Municípios fizeram em relação ao turismo. O Turismo é uma indústria que não é para amadores. Tem de haver uma determinada dimensão, na região de turismo onde o Município estava integrado não havia dimensão para promoção turística. Mencionou que o golfe é das actividades que mais riqueza traz a Portugal. -----

Tendo sido colocada à votação a Adesão à Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo, esta foi aprovada por unanimidade. -----

-----Estes pontos da acta foram aprovados em minuta, por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

-----Ponto Sete – Transferência de competências para o Município em matéria de Educação. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para informar os Senhores Deputados acerca deste ponto. -----

O Senhor **Presidente da Câmara** informou que após conversa com o Senhor Presidente da Assembleia consideraram agendar este ponto, para fazer parte da ordem de trabalhos. Apesar, segundo a Lei, ser só necessário a aprovação da Câmara Municipal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Demonstrou o seu agrado em relação ao Ministério da Educação referindo que a legislação que permite a delegação de competências foi unicamente aprovada no final de Julho. Durante o mês de Agosto ocorreram diversas reuniões ainda sem proposta de protocolo e só no início de Setembro houve a concretização de uma proposta de protocolo. Referiu que antes da assinatura do protocolo não houve uma reunião formal com a maioria dos Municípios, foi à aprovação à Câmara Municipal onde foi aprovado por unanimidade. Informou que o protocolo assinado no dia 16 de Setembro chegou à Câmara no dia 22 de Setembro. Em relação ao conteúdo mencionou que diz respeito unicamente a pessoal não docente, a actividades de enriquecimento curricular e à gestão do parque escolar. -----

Relativamente ao enriquecimento escolar, a Câmara já tinha procedimentos a este programa por via de protocolos anuais. Informou que o Ministério propôs que este ano o 1º ano do 1º ciclo, tivesse inglês o que no concelho de Vila Nova da Barquinha é uma actividade que já acontece há 4 anos. Relativamente ao pessoal não docente referiu que é uma situação que ao longo do ano nas diversas escolas é bastante difícil de gerir e que este protocolo a partir de Janeiro, vai minimizar esta situação permitindo que o número de auxiliares possa subir 1/3. Demonstrou no anexo onde constam 34 funcionários do Ministério mais 4 da Câmara e esta vai começar a retribuir 46 funcionários em termos de pessoal auxiliar. Salientou que a Câmara vai ter uma melhoria no apoio nas actividades curriculares a nível do pessoal auxiliar. Quanto ao Parque Escolar referiu que a Câmara tinha duas situações distintas, uma é que a Câmara aceitou integrar para efeitos de manutenção e apetrechamento a escola EB 2,3 da Praia do Ribatejo e onde se passa a receber uma verba de 20 mil euros por ano. Não integra a Escola D. Maria II. Mencionou uma adenda ao protocolo celebrado com a DREL, onde esta se compromete a financiar as obras da Escola D. Maria II, após a sua requalificação e os 20 mil euros para a manutenção da Escola EB 2,3 da Praia do Ribatejo onde segundo o Ministério não se tem gasto mais de 7 mil euros por ano. Mencionou que não no curto prazo mas a médio prazo, há margem para ganhos de eficiência e de eficácia em termos de gestão de pessoal. Mencionou que este é um processo irreversível e que quando houver os Centros Escolares os raceos serão distintos e diferentes. Por outro lado, mencionou que as vantagens são mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

trabalho para a Autarquia, mais situações de conflito, mas o que interessa são os ganhos para o Município. -----

De seguida foi dada a palavra aos Senhores Deputados -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** questionou se a Assembleia está a discutir uma proposta ou a transferência efectiva? O contrato assinado no dia 16 de Setembro e que se é assim, é excesso de voluntarismo, é contra a recomendação da Associação Nacional de Municípios Portugueses que solicita a discussão em Assembleia Municipal. Afirmou que os contratos de execução, que segundo a ANMP, têm de ser apreciados pelas respectivas Assembleias Municipais. Congratulou pelo facto de há dois anos as Câmaras serem um bando de esbanjadores que não sabiam governar, hoje já têm competências para tudo, já sabem gerir eficiente e que a Administração Central admite que não tem capacidade e que os Municípios têm. Mencionou que esta medida foi anunciada como uma grande descentralização, pois desde o 25 de Abril que não havia uma descentralização de competências desta dimensão. Referiu que só apenas 1/3, dos Municípios aderiram ao Contratos Programa, e 2/3 ficaram de fora. Questionou qual a razão de não ter partilhado das reservas da Associação Nacional de Municípios e ter assinado o Protocolo. Referiu que o que interessa é o dinheiro e que a Câmara já tem a experiência em relação à transferência de Autarquias para perceber de facto quais os interesses de cada uma das partes, Autarquias e Administração Central. Mencionou que como professor já conhece algumas transferências de competências para as Autarquias, que de bom tem o serviço prestado com eficiência e útil à comunidade, de razoável são condições inferiores aquelas que possibilitam um efectivo serviço prestado, de mau é algumas empresas não cumprirem minimamente com o que lhes é pedido dando como exemplo um funcionário da piscina dar aulas de educação física às escolas. -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** referiu que lhe faz confusão o facto de ter sido tudo feito tão à pressa na assinatura do protocolo. Questionou-se como será a parte financeira daqui a 3 anos relativamente às obrigações transferidas pelo Governo para as Autarquias. De igual modo, questionou se os problemas mencionados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses relativamente à transferência de competências estão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

salvaguardados no futuro e se está garantido no protocolo a ADSE para os funcionários. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para informar os Senhores Deputados do seguinte: -----

Relativamente à intervenção do Senhor Timóteo referiu que pensava que iria fazer um elogio ao Governo pelos computadores Magalhães, pois em anteriores Assembleias interrogava para quando os computadores para todos os alunos. Mencionou que em termos de competências, o artigo 64º, nº4, alínea e) e f) da Lei das Competências diz que compete à Câmara Municipal assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** tomou da palavra para esclarecer que o Município é composto por 2 órgãos e quando se fala em transferência é para o Município não para a Câmara. Referiu que a Câmara deve ouvir os órgãos do Município Poderá ter poder de decisão para assinar o protocolo sem a aprovação de outros órgãos do Município, mas questionando se isso estaria correcto. Referiu que não se trata de problema de transferência para a Câmara Municipal, mas sim para o Município e que virá a ter consequências tanto no plano como no orçamento deste Município. -----

Dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** referiu que os exemplos dados pelo Deputado Carlos Timóteo são situações de incumprimento legal, pois a Câmara Municipal a nível do enriquecimento curricular tem de no início do ano lectivo enviar os currículos e fundamentar o porquê de cada professor desempenhar aquela função. Aconselhou os Senhores Deputados de não serem tão peremptórios na sua avaliação partidária porque nos próximos meses certamente irá ver alguns Municípios a quererem assinar o contrato de execução. Mencionou que na reunião, onde estiveram alguns Municípios estes mencionaram que ainda iam tentar assinar o referido contrato. -----

Salientou que não tem dúvida de quem assinou os protocolos, que quando os Centros Escolares estiverem realizados, não sairão prejudicados sob o ponto vista financeiro. Foi a oportunidade de assinar um contrato que de alguma forma vincula o Governo do País na recuperação de uma escola, onde o investimento ronda os 3 milhões de euros, procurando a Câmara que isso venha a ser realizado em menos de 3 anos. Esta era uma oportunidade que não se poderia perder. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-Quanto á posição da Associação Nacional de Municípios Portugueses referiu que o protocolo acolheu muito do que esta Associação referiu e a última posição da Associação não mencionava que os Municípios não assinassem o referido protocolo, mas sim que deixava à consideração de cada um. Mencionou que não tem problema que o Agrupamento mantenha a sua competência disciplinar sobre os funcionários da Educação, que possa instaurar processos disciplinares e que depois da pena de multa passe então para a Câmara Municipal. -----

Tomando novamente a palavra os senhores Deputados manifestaram o seguinte: -----

= O Senhor Deputado **Paulo Constantino** referiu que a descentralização de competências inclui uma contratualização de melhorias numa escola do concelho. Referiu que o que está em causa é que haverá uma revolução no concelho em termos de educação e das suas condições ao nível de equipamentos. -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** mencionou que em relação aos computadores Magalhães, passou-se da ardósia para a modernidade, ou seja do quadro para o Magalhães, mas se pelo meio tratassem do aquecimento, constituíssem equipas de saúde escolar, se dotassem todas as escolas de psicólogos e serviço de orientação psicológica não eram precisos tantos computadores Magalhães e haveria mais famílias estruturadas. -----

Mencionou que o documento não é de Julho nem de Agosto, pois o ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses é de 9 de Setembro de 2008. -

O Senhor **Presidente da Câmara** relativamente à ADSE informou que ficou expresso que a Administração Central continuaria a pagar aos funcionários. Em relação ao limite de despesas com o pessoal informou que a partir de 2009 este terá de ser alterado pois a Câmara vai passar de um universo de 115 funcionários para 185 funcionários. Quanto ao fundo social ficou expresso que não sendo de transferência universal, não vai haver implicação. No tocante á dupla tutela referiu que não o preocupa. -----

Tendo sido colocada à votação a ractificação da posição do Senhor Presidente da Câmara relativamente à Transferência de competências para o Município em matéria de Educação, esta foi aprovada por maioria 2 votos contra dos Senhores Deputados Carlos Timóteo e João Filipe



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ricardo da CDU e 2 abstenções dos Senhores Deputados Vítor Dias da Silva e Eduardo de Oliveira do PSD. -----

E para constar se lavrou a presente acta que depois de aprovada, vai ser assinada pelos Senhores Presidente da Assembleia Municipal e Secretários. ---

----- O Presidente da Assembleia Municipal

----- O Primeiro Secretário

----- O Segundo Secretário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Lista de Anexos

Anexo nº1 Lista de Expediente.

\Anexo nº2 Informação Escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara.

Anexo nº3 Moção apresentada pelo Senhor Deputado Paulo Constantino referente aos Estatutos da Comunidade Intermunicipal.

Anexo nº4 Listas apresentadas pelos partidos políticos para a eleição de representantes para a Assembleia Intermunicipal.